

Economia

— TRABALHO —

Ampliação da
licença-maternidade leva empresas
a dispensarem trabalho feminino.

As mulheres, perdendo seus empregos.

Nem bem o primeiro turno da Constituinte havia aprovado a ampliação da licença maternidade para 120 dias e empresas de todo o País já haviam iniciado uma verdadeira "ação preventiva", no sentido de ou eliminar de seus quadros de funcionários as mulheres ou impedir a contratação de candidatas em idade de procriação, as quais não sejam esterilizadas. Agora, na iminência da retificação da proposta, a exigência de atestados que comprovam a esterilidade das mulheres já ameaça tornar-se quase que uma prática rotineira, mesmo em setores em que persiste alguma oferta de emprego para o sexo feminino, pois em algumas empresas já chega a 100% o índice de queda de vagas para mulheres.

A Comissão da Questão da Mulher Trabalhadora da Central Única dos Trabalhadores (CUT) já relacionou pelo menos 15 denúncias consideradas de discriminação à mulher. Entre elas, a demissão de 159 mulheres na fábrica de chocolates Garoto, do Espírito Santo, apenas quatro dias após a aprovação dos 120 dias, no primeiro turno, sob a exigência de atestado de laqueadura de 120 dias para admissão em uma empresa de transporte, também em Garoto. "Sempre existiu discriminação contra a mulher casada no emprego, mas depois da aprovação da Constituinte isto se intensificou", afirma Maria Berenice Delgado, coordenadora da comissão.

Mais Obstáculos

Entre as denúncias mais recentes, Berenice destaca a Arteb, fabricante de autopeças sediada em São Bernardo do Campo. Ali, segundo informações de uma operária, M.T.V., que há 17 anos trabalhava na empresa como operadora universal, em julho foram demitidas perto de 300 mulheres, gradualmente substituídas por homens. "Tivemos de ensinar todo o serviço aos rapazes que iam sendo admitidos e parece que a intenção é eliminar todas as operárias até dezembro", afirma a ex-funcionária. A denúncia é, porém, totalmente refutada pelo presidente da Arteb, Pedro Eberhardt, que garante que "isto não faz sentido".

Mas, segundo o presidente da Anapemei (Associação Nacional das Pequenas e Médias Empresas Industriais), Cláudio Rubens Pereira, de fato existe uma preocupação por parte das empresas em "evitar a contratação de mulheres". Ele argumenta que o maior problema não chega a ser o aumento dos custos (0,9% de acordo com cálculos do CNI — Confederação Nacional da Indústria), mas a dificuldade de pequenas e médias empresas em substituir suas funcionárias, seja por falta de pessoal, seja por questões de treinamento.

"Na realidade — diz o diretor da regional de Santo André do Ciesp (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo), Hiroshi Hashimoto —, toda vez que se cria um protecionismo, gera-se um obstáculo a mais." A ajudante de costura Cleusa Silva, 26 anos, casada e mãe de duas meninas, é testemunha das restrições a que se refere Hashimoto: "A primeira pergunta que fazem às candidatas a um emprego é qual o seu estado civil. Com isto a gente já vai para casa certa de que não vai ser chamada". Desempregada há dois meses, ela diz que fez laqueadura de trompas para obter alguma facilidade. "Quando preencho uma ficha de emprego, coloco no final uma observação, atestando que sou esterilizada. Mas mesmo assim não tenho dado sorte", confessa.

Pela Metade

O Sine (Sistema Nacional de Emprego), em São Paulo, já conseguiu observar uma sensível redução da oferta de vagas para o sexo feminino. De uma média de duas mil vagas ofertadas mensalmente antes da votação do primeiro turno, hoje o órgão não recebe mais de mil — ou seja, a metade. "Além disso, as restrições estão cada vez maiores, pois as empresas querem apenas solteiras ou casadas que

não possam mais ter filhos", constata o coordenador Carlos Ernane Palheta Nunes.

Algumas agências de recrutamento de mão-de-obra temporária também estão registrando quedas acentuadas na solicitação de funcionárias. "No período anterior à votação pela Constituinte, tínhamos cerca de cem vagas por mês para mulheres, mas hoje este número não chega

a dez, afirma Valdir Israel de Abreu, gerente de uma agência de Santo André.

"Com restrições cada vez maiores às mulheres, já estamos até encontrando dificuldade em recrutar mão-de-obra masculina", declara em seguida Sebastião Reboque, sócio-diretor de uma tradicional agência de São Caetano do Sul. Segundo ele, cerca de 80% de seus clientes

deixaram de recrutar mão-de-obra feminina, principalmente na área de produção industrial. "Neste segmento, a redução chegou a 100%, pois, das 120 vagas mensais anteriores, hoje não temos uma sequer."

Para a coordenadora da CUT, o problema provavelmente tenha uma amplitude maior, na medida em que as denúncias

deixam de ser feitas por receio das próprias mulheres, que temem um estreitamento ainda maior do mercado de trabalho. "Além disso, as poucas denúncias que recebemos são de difícil comprovação, o que acaba contribuindo para a impunidade das empresas", frisa Berenice.

Berenice teme, além de tu-

do, que a tentativa de exigência de atestado de esterilidade — já denunciada em Vitória, São Paulo e Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul — torne-se uma prática constante daqui para frente, como é hoje a exigência de exame de urina, para detectar se a candidata a um emprego está grávida.

Marli Romanini, AE-ABC.